

CIRCULAÇÃO DE LIVROS LICENCIOSOS LUSO-BRASILEIROS NO RIO DE JANEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Aline Moreira¹

RESUMO

O século XIX marca a popularização da literatura. Com a sofisticação da tipografia e o aumento do público leitor, o mercado livreiro experimentou um processo de diversificação ainda sem precedentes. A literatura licenciosa é um dos indícios desse fenômeno. Circulando nas principais capitais europeias desde, pelo menos, o século XVII, os textos licenciosos ganharam novos contornos ao longo do século das Luzes. Mas foi apenas no século XIX que a pornografia ascendeu como um gênero literário com fim em si mesmo: excitar sexualmente o leitor (HUNT, 1999). No circuito literário luso-brasileiro, a partir da segunda metade do Oitocentos, a literatura licenciosa atraiu muitos escritores que passaram a produzir uma pornografia voltada especialmente para os leitores do gênero. Acostumados aos originais e às traduções de clássicos libertinos, como o anônimo *Thérèse Philosophe* (1748) (EL FAR, 2004; MENDES, 2016), os leitores luso-brasileiros podiam, então, encontrar textos escritos originalmente em português, contemporâneos em relação aos temas e à linguagem. A popularidade do gênero é revelada sobretudo pelos anúncios das livrarias e pelas críticas preocupadas quanto ao efeito pernicioso desses livros. Uma marca dessa literatura era o uso de títulos que prometiam um claro conteúdo sexual, além da clandestinidade das produções, que surgiam apócrifas, com locais de publicação fictícios ou assinadas sob pseudônimos. Ainda, os jornais cariocas divulgavam esses livros sem que a nacionalidade dos autores fosse relevante. Essa literatura era transnacional, escrita e publicada dos dois lados do Atlântico. Nesta comunicação, vamos

1 Mestre em Estudos Literários pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada na UERJ, e em Literaturas Portuguesa e Brasileira na University of California, Santa Barbara (UCSB), alinedealmeida@ucsb.edu

conhecer dois desses livros: o anônimo *Amar, gozar, morrer* (s.d.) e *Cocotes e conselheiros* (1887), do pseudônimo Rabelais. Percorrendo as fontes primárias e comentando estes e outros livros que mais fizeram sucesso na então capital brasileira, buscamos explorar e compreender a circulação de livros licenciosos luso-brasileiros no Rio de Janeiro no final do século XIX.

Palavras-chave: Século XIX, Literatura luso-brasileira, Literatura licenciosa.

INTRODUÇÃO

O século XIX marca a popularização da literatura. Resguardadas as devidas proporções históricas, é quando as taxas de alfabetização começam a aumentar significativamente (EL FAR, 2004). Causa ou efeito da ampliação do público leitor, é o período em que as técnicas de tipografia vão se tornando mais sofisticadas, aumentando as tiragens da imprensa e, também, quando nascem os folhetins, levando a literatura aos consumidores do jornal. Escritores se profissionalizam. Atuam na imprensa periódica, discorrem sobre assuntos diversos e sob gêneros de escrita também diversos.

Um nicho de mercado ganha destaque: a literatura popular. O custo de produção diminui, as edições em brochura se tornam mais comuns, o livro deixa de ser um produto de luxo destinado apenas a uma elite letrada (EL FAR, 2004). Os gêneros em prosa são os preferidos. Já vinha desde o início do século a preferência pelas tramas romanescas. De acordo com Alessandra El Far (2004, p. 74), os cenários e situações explorados pelos romances, tratados com “certa dose de erotismo e melodrama”, nas palavras da pesquisadora, “atraíram o público leitor ao dialogar com os padrões sociais daquele período, especialmente no espaço doméstico. E, para tomar emprestado termo usado por El Far, não faltavam opções para os leitores que quisessem não apenas “certa dose de erotismo”, mas páginas recheadas de cenas picantes, capazes de excitar sexualmente e divertir.

A HISTÓRIA DOS LIVROS QUE AS MULHERES (NÃO) DEVEM LER

Apartir da década de 1870, os jornais cariocas divulgavam diariamente os audaciosos anúncios de “livros para homens”, que permaneceriam chamando a atenção dos leitores para o universo da literatura licenciosa até, pelo menos, a primeira década do novo século. Dos leitores e das leitoras porque, apesar da aparente interdição desses livros ao público feminino, havia histórias de mulheres que liam, sim, livros licenciosos.

A verdade é que os livreiros sabiam bem que essa era uma estratégia publicitária muito eficiente, uma vez que evidenciava o potencial transgressor dessas leituras. Num anúncio de 1879, fica clara a ironia: “as mulheres não devem ler, mas, querendo, podem fazê-lo”. E como essas listas apareciam nas páginas de anúncios diversos, muitas vezes eram

colocadas ao lado de ofertas de produtos destinados ao público feminino. Uma moça que fosse procurar pelas últimas novidades das modistas ou por remédios para o útero, certamente veria um desses livros supostamente proibidos a ela.

É essa a história paralela da literatura luso-brasileira oitocentista contada pelas fontes primárias. Se pensarmos em uma linha do tempo que trace o percurso do livro licencioso ao longo do século XIX no Rio de Janeiro, é possível destacar ao menos quatro momentos.

O primeiro já se percebia desde o início do século, com a circulação de originais e traduções de romances libertinos, como o francês *Thérèse Philosophe* e o inglês *Fanny Hill: memoirs of a woman of pleasure*, ambos publicados em 1748, sendo o último divulgado no Brasil com o título português de *O voo da inocência ao auge da prostituição ou memórias de miss Fanny*. Casos ainda mais curiosos, como o das *Memórias de frei Saturnino*, eram mais adaptações do que traduções, que tomava a liberdade de mudar os cenários, trocando a Paris do original dom Bougre, porteiro dos cartuxos, pelo Rio de Janeiro dos frades bentos de Saturnino (EL FAR, 2004). A literatura libertina era conhecida o suficiente, ao ponto de servir como referência no jornal *Aurora Fluminense*, em 1833, que tentava criticar folhas concorrentes que julgava “picantes, satíricos e malignos”. Segundo o articulista, ler certos jornais era o mesmo que ler a *Teresa Filósofa* (A *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 11 out. 1833, p. 3523).

A circulação dos livros libertinos no início do século não atingia, ainda, um público expressivo. Segundo das Neves e Villalta (2008), a instituição da Imprensa Régia no Brasil, em 13 de maio de 1808, fez aumentar significativamente a oferta de livros, que antes precisavam ser importados. Para os autores, apesar da censura que operava nos livros que chegavam pela alfândega ou eram impressos aqui, havia uma diversidade de temas, tendo a prosa de ficção como o gênero preferido. Além, é claro, da grande habilidade de livreiros e leitores para transportar as obras ilegalmente. A tarefa exigia dinheiro e contatos, limitando o alcance desses livros.

Um segundo momento desse percurso tem como protagonista aquela que tem sido considerada pelos pesquisadores como a obra mais importante e conhecida na literatura licenciosa no século XIX, os *Serões do convento*. Publicados na década de 1860, os três volumes de bolso que compunham os *Serões* foram escritos originalmente em português por José Feliciano de Castilho (1810-1879), provavelmente no Brasil, mas publicados em Portugal. A autoria dos *Serões* teria permanecido em segredo ao longo do século XIX, escondida por trás do pseudônimo

M.L., mas a morte de um livreiro carioca no ano de 1926 aponta que José Feliciano de Castilho não só era o autor dos *Serões* como também da tradução de *Teresa Filósofa* para o português (MAIA; LUGARINHO, 2018). Embora ainda prefiram apenas atribuir a identidade de M.L. a José Feliciano, é pela pesquisa dos organizadores da mais recente edição dos *Serões do convento* (2018) é que sabemos da fama pornográfica deste escritor até, pelo menos, a década de 1950. Contando histórias picantes envolvendo freiras que, por sua vez, também eram contadoras de histórias picante, os *Serões do convento* se tornaram uma referência na literatura licenciosa, sendo revisitados e pirateados por outros escritores ao longo das últimas décadas do século XIX.

Inspirados talvez pelo sucesso dos *Serões*, na década de 1870, editores, livreiros e escritores passaram a apostar na literatura licenciosa como um nicho de mercado com potencial para muito lucro. Em Portugal e no Brasil, começava a surgir uma literatura licenciosa contemporânea, escrita em português. Abertamente influenciados pela tradição libertina, esses escritores adotavam recursos já conhecidos pelo público do gênero, como o prefácio que dizia ser aquele um relato verdadeiro, que exigia a ocultação do nome de personagens nobres com reticências.

AMAR, GOZAR, MORRER

A maioria dessas obras eram apócrifas e clandestinas; não apresentavam local de publicação, nomes de editores ou mesmo pseudônimos, mas chamavam atenção com títulos que deixavam claro o conteúdo licencioso, como *Memórias de uma insaciável*; *Proezas de um clitóris*; e o recém reeditado pela Index ebooks *Amar, gozar, morrer*. Com o subtítulo de “recordações da mocidade”, *Amar, gozar, morrer* tem dados tipográficos fictícios: teria sido publicado pela Tipografia Pudicícia, localizada na rua dos Donzéis Apaixonados. Mas, de acordo com El Far (2004) e os novos editores (MAIA; LUGARINHO; CUROPOS, 2020), trata-se de um livro português. Quanto à data de publicação, um anúncio da *Gazeta de Notícias* em 1878 (Figura 1) situa o livro na década de experimentação da pornografia portuguesa contemporânea.

Figura 1: Anúncio de *Amar, gozar, morrer* na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 abr. 1878.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional.

O romance narra em primeira pessoa as incansáveis aventuras sexuais da protagonista Amélia. E por “incansáveis”, entenda-se, realmente, incansáveis. Ao longo dos 45 capítulos, o leitor é convidado a presenciar uma impressionante quantidade de episódios sexuais. Apesar do desfecho conservador, a narrativa é, nada mais, nada menos, que uma sucessão abundante de cópulas. O nome da protagonista e dos outros personagens teriam sido trocados para preservar a identidade da suposta senhora da alta sociedade que seria a verdadeira autora das memórias. A oitocentista Amélia é uma das *narradoras materialistas* (JACOB, 1999) da tradição libertina. Criadas pelo imaginário masculino – escritas por homens para outros homens –, elas divulgavam “o mito da mulher voluptuosa que aceita a submissão a fim de dar rédea solta à sua lascívia”; contudo, também “representavam um desafio à subordinação das mulheres no Antigo Regime” e, principalmente, desafiavam a Igreja, “que fez mais do que qualquer outra instituição para manter as mulheres em seu lugar” (DARNTON, 1996, p. 26). As *narradoras materialistas* são “participantes e guias para o universo dos sentidos”, buscando também pelo próprio prazer; elas são “implacavelmente filosóficas”, ficando conhecidas, ao final do século XVIII, como “prostitutas ilustradas” (JACOB, 1999, p. 187).

Amélia, que desconhece suas origens, foi criada por uma condessa cujo nome é ocultado por asteriscos. A iniciação sexual da protagonista se dá ainda na infância, ou início da adolescência, e é um dos mais explorados na tradição pornográfica. De acordo com El Far, a primeira experiência sexual acontecia quase sempre no espaço doméstico. Enquanto as meninas aprendiam com outras meninas da sua idade ou mais velhas, “os

meninos envolviam-se com as empregadas, tias solteironas, visitantes ocasionais, irmãos ou mães adotivas” (2004, p. 236). No geral, essa iniciação se dá, como em muitas obras do gênero, primeiro a partir da observação, às escondidas, das relações sexuais de outras pessoas (Figura 2).

Figura 2: Encontro sexual observado por Amélia antes de sua iniciação sexual.



Fonte: *Amar, gozar, morrer*, 2020, p. 32.

Depois dos episódios de voyeurismo praticados pelas meninas, vem o primeiro contato sexual entre a jovem e a mulher experiente. É o caso, por exemplo, da heroína libertina Fanny que, após sua primeira experiência sexual com Phoebe, conclui que “a familiarização e comunicação com a parte má do nosso próprio sexo é frequentemente mais fatal à inocência que todas as seduções do outro sexo” (CLELAND, 1979, p. 18). Em *Amar, gozar, morrer*, é a mãe adotiva quem inicia a protagonista na vida sexual. Mas é possível dizer que Amélia se iniciara sozinha: é ela quem manipula a Condessa para conseguir sentir os prazeres que até então apenas sentira ao se masturbar às escondidas. Queria o contato do corpo da mãe porque já previa encontrar nela “uma companheira digna da [sua] lubricidade” (*Amar, gozar, morrer*, 2020, p. 43).

Herdando a fortuna da condessa, Amélia parte em viagem pelas principais cidades europeias acompanhada da criada Joana, que não só compartilha dos interlúdios sexuais da patroa, como também tem os

seus próprios. Não há preocupações mundanas com dinheiro ou trabalho, tampouco questiona-se que duas mulheres viagem sozinhas. Amélia e Joana transitam pelos teatros, hospedam-se em luxuosos hotéis, e têm relações, inclusive, em um vagão de trem em movimento, ao longo da noite, com um inglês cujo “ardor” dificilmente se extinguiu depois de “inflamado” (p. 89).

Para as peripécias sexuais mais elaboradas, a narrativa é acompanhada por ilustrações bem detalhadas – originais da versão consultada pelos novos editores – capazes de se fazer entender mesmo para quem não sabia ou não queria ler (Figura 3).

Então, Joana deitou-se sobre o tapete, o meu amante segurou-me as pernas entre os braços e, puxando-me brandamente para si, obrigou-me a deixar descair um pouco a extremidade inferior do tronco, que ficava deste modo fora do sofá.

A língua de Joana, tocando ao de leve os apêndices do querido cetro, causavam-lhe um prazer que se traduzia na rapidez dos movimentos e nos suspiros que soltava.

Por vezes sentia os meus lábios acariciados também pelos de Joana e alguns minutos foram suficientes para que ambos expirássemos de amor e felicidade. (*Amar, gozar, morrer*, 2020, p. 151).

Figura 3: Última aventura de Amélia e Joana com um amante aristocrata



Fonte: *Amar, gozar, morrer*, 2020, p. 151.

Amélia termina o livro casada e mãe, recomendando às leitoras que não se gastem em aventuras sexuais. O final, que pode ser interpretado como uma recomendação sobre o que não fazer, não deixa de ser transgressivo. Mesmo após uma vida desregrada, Amélia não termina morta, apesar do título, o que já diz muito, se compararmos a outras protagonistas do período.

COCOTES E CONSELHEIROS

Voltando à nossa linha do tempo, o Rio de Janeiro a partir da década de 1880 presenciou um mercado livreiro já consolidado. Era possível nomear as principais livrarias do Centro, sobretudo as especializadas em livros populares e licenciosos, como a famosa Livraria do Povo, de Pedro Quaresma. Com o sucesso das obras licenciosas, os livreiros passam a vender romances realistas e naturalistas como produtos pornográficos, a despeito da justificativa moralizante dada pelos escritores. Os anúncios dos jornais iam se tornando cada vez maiores, tomando mais espaço nas páginas, revelando os títulos das obras e onde elas poderiam ser encontradas. A pornografia fazia parte do cotidiano da principal cidade do país.

Mais escritores entram para o circuito luso-brasileiro de livros licenciosos, como o jovem lisboeta Joaquim Alfredo Gallis (Figura 4), que estreia em 1886 com o best-seller *Volúpias: 14 contos galantes*, assinando como Rabelais. Apesar de também ter atuado na política, Gallis foi um dos escritores profissionais de sua geração, com uma trajetória que começou nas redações dos jornais (MENDES; MOREIRA, 2021). Teve fama em Portugal, mas foi no Brasil que seus cerca de quarenta livros venderam números impressionantes, como os 300 exemplares de *Crimes do Amor* vendidos em um único dia na Livraria do Povo em 1895 (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1895, p. 1). Os livros de Gallis/Rabelais eram publicados em Portugal e no Brasil, sendo este apenas mais um indício do caráter transnacional da literatura licenciosa daquele período. Para os leitores cariocas, não fazia diferença, bastava apenas saber que aquele era um livro de Rabelais.

Figura 4: Cartão Postal com retrato e autógrafo de Alfredo Gallis, década de 1900.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Almada.

Aproveitando o sucesso de *Volúpias*, Rabelais lança em 1887 um novo volume de contos. Intitulado *Cocotes e conselheiros*, o livro foi anunciado no Rio de Janeiro como uma continuação de *Volúpias*, embora não tenham sido encontradas evidências de que o autor assim o idealizara. Aproximando-se da objetividade naturalista, essa nova face do Rabelais português pretende usar sua pena como um chicote para, “nas páginas d’um livro alegre [...] atirar [os conselheiros] para o meio do riso” (RABELAIS, 1907, p. 10).

Os termos “alegre” e “riso” aqui são uma alternativa ao que havia sido realizado em *Volúpias* que, nas palavras do autor, foram escritos proporcionar ao leitor momentos de bem-estar físico e mental (MOREIRA, 2019). Já em *Cocotes e conselheiros* o divertimento se dá a partir da sátira dirigida à impotência e à inocência dos conselheiros que pareciam nunca saber quando estavam sendo enganados. A figura da cocote gallisiana, que no livro nem sempre é uma prostituta, é paradigmática e expõe o ridículo e a hipocrisia da sociedade

São doze contos sobre o envolvimento de homens ricos e impotentes com mulheres mais jovens. Em “A noite do noivado”, o narrador satiriza um espaço erótico por excelência – o quarto da lua de mel – para narrar a não consumação do casamento do conselheiro Saturnino Pimenta, de 72 anos, com Gilberta Roland, de 18. Para descrever o fiasco, Rabelais

parodia um verso d'O Gigante Adamastor, n' *Os Lusíadas*: o membro do conselheiro permaneceu "um monstro quedo e mudo, qual junto d'um rochedo outro rochedo" (GALLIS, 1907, p. 69).

O livro é também repleto de informações a respeito do sexo naquela época. São frequentes as passagens em que os conselheiros tomam "pequenas pastilhas cor de rosa", parentes antigas das nossas conhecidas pílulas azuis, além de recursos para mulheres se satisfazerem sem cometerem adultério. É o caso de Mathilde, em "Um fiasco d'amor", que, zombando da impotência do marido – "fraco nas práticas matrimoniais" –, masturbava-se com um consolo de borracha. Quando já viúva e aborrecida do uso do simulacro, Mathilde procura um amante, conselheiro, que se revela também impotente. Frustrada, ela dispara: "não gosto de homens tótós. Tive um, mas... esse era meu marido. Segunda edição recuso. Seja feliz e não pense mais em amor. V. ex.^a está doente, muito doente, creia-me" (p. 251).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Livros como *Amar, gozar, morrer* e *Cocotes e conselheiros* contam uma história mais interessante do que as que recheiam as suas páginas. É a história de uma literatura não contada pelos manuais, mas que revela todo um novo universo literário popular e extremamente arrojado. Essa literatura tinha como aliado o principal veículo de divulgação cultural de sua época, o jornal. Ao serem anunciados aberta e diariamente nos jornais de grande circulação, esses livros se inscreviam dentro dos produtos culturais daquele tempo, e, por isso, merecem ser revisitados e reestudados. São, ainda, livros que representam personagens femininas autônomas, que têm desejos sexuais e que os satisfazem como querem. Não é de se surpreender, então, que fossem consideradas leituras perigosas.

Gênero considerado sem importância ou, ainda, problemático demais para ser abordado, a literatura licenciosa oferece um caminho alternativo para repensar os padrões de leitura do século XIX, os gostos dos leitores, a atuação dos editores, a sagacidade dos livreiros e a profissionalização de escritores que usavam a literatura como forma de obter lucro. Como a odisseia sexual de Amélia e Joana, que as leva a um mundo de prazeres a ser descoberto, ou o passeio do narrador de *Cocotes* pelas alcovas lisboetas, voltar às fontes e descobrir a literatura licenciosa oitocentista é redescobrir a literatura oitocentista.

REFERÊNCIAS

AMAR, gozar, morrer: recordações da mocidade. Nova edição integral, revista e anotada. Lisboa: INDEX ebooks, 2020.

CLELAND, John. **Fanny Hill:** memórias de uma mulher do prazer. Trad. D. P. Ramos. São Paulo: Nova Época Editorial, 1979.

DARNTON, Robert. Sexo dá o que pensar. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Libertinos libertários.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 21-42.

DAS NEVES, L. M. B. P.; VILLALTA, L. C. (Orgs.). A Impressão Régia e as novelas. In: _____. **Quatro novelas em tempos de D. João.** Rio de Janeiro: Casa da Palavras, 2008. pp. 9-66.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação:** literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

JACOB, Margaret C. O mundo materialista da pornografia. In: HUNT, Lynn (Org.). **A invenção da pornografia:** obscenidade e as origens da modernidade. São Paulo: Hedra, 1999. p. 169-215.

MAIA, Helder Thiago; LUGARINHO, Mário César. Litera(mão): Os *Serões* do convento de José Feliciano de Castilho (prefácio). In: M.L. **Os Serões do convento.** Lisboa: INDEX Ebooks, 2018.

MAIA, Helder Thiago; LUGARINHO, Mário; CUROPOS, Fernando. A lesbianidade gasta: prazer e regeneração em *Amar, gozar, morrer*. In: **AMAR, gozar, morrer:** recordações da mocidade. Nova edição integral, revista e anotada. Lisboa: INDEX ebooks, 2020.

MENDES, Leonardo; MOREIRA, Aline. Alfredo Gallis (1859-1910), pequeno naturalista. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, v.32, n. 46, p 156-183, jul-dez 2021.

MOREIRA, Aline. As matrizes da pornografia de Alfredo Gallis (1859-1910). **Revista Letras**, Curitiba, UFPR, n. 100, pp.133-151, jul./dez. 2019.

RABELAIS (pseud. Alfredo Gallis). **Cocotes e conselheiros.** 2ª. ed. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1907.